



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A4
Data: 09/11/2012

Ação pede que FHS deixe de gerenciar o HGJAF

Intervenção fiscalizatória na Fundação também consta nas solicitações do MPE

Alessandra Cavalcanti
alessandracavalcanti@correiodesergipe.com

A audiência que deveria ter sido realizada ontem, entre a Promotoria de Saúde do Ministério Público do Estado (MPE) e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para tratar das 'chagas' existentes no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) acabou não acontecendo. E mesmo diante da solicitação de adiamento da audiência por parte da FHS, a promotora de Justiça **Euza Missano** destacou que a gravidade dos problemas impede o MPE de esperar. Nas duas unidades de saúde faltam, por exemplo, fornecimento de materiais, insumos, medicamentos e até racionamento de alimentação.

"Por essa razão, ajuizamos uma ação civil pública, solicitando o Poder Judiciário que determine ao Estado que reassuma o gerenciamento das suas duas maiores unidades



■ **Euza Missano:** "pedimos à Justiça que determine ao Estado que reassuma a administração das suas duas unidades



**ALÉM DO HOSPITAL
JOÃO ALVES,
MINISTÉRIO
PÚBLICO PEDE
FIM DO GERENCIA-
MENTO DA FHS
EM MATERNIDADE**

públicas: o HGJAF e a maternidade de alto risco, que é a Nossa Senhora de Lourdes. Essas duas unidades de saúde devem sair do gerenciamento da FHS que, na verdade, foi criada para desburocratizar, facilitar o processo de compra, a aquisição de materiais, mas acabou causando um impacto significativo na assistência pelo desabastecimento", esclarece a promotora.

• **Intervenção**

Na mesma ação, o MPE solicitou ao Judiciário uma intervenção fiscalizatória na

FHS, com apresentação de um relatório técnico ao Poder Judiciário no prazo máximo de 60 dias, informando sobre o cumprimento dos objetivos assumidos com o ato de constituição da Fundação e obtenção de eficiência administrativa e financeira.

"Vale destacar que a FHS consiste em um braço do Estado, considerando que se trata de uma fundação governamental. Então, ao criar a FHS, o Estado apenas constituiu um próprio ente para gerenciar o que é seu. Agora, ele vai ter que assumir todo mundo e manter a assistência", ressalta Missano.